

**PROCESSO Nº 30303/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 672/2019**

QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE
POSSE E A EMPRESA JOMAR
FERREIRA ROBERTO ALVES.

I – PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE, Estado de Goiás, sediada a Avenida Padre Trajano nº 55, Centro, Posse - GO, - Centro, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.743.335/0001-62, neste ato legalmente representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. **WILTON BARBOSA DE ANDRADE**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF MF-RF sob o nº 457.272.791-00 e Registro Geral na SSP GO sob nº 1.618.590 2ª VIA, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**;

A empresa JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES, inscrita no CNPJ sob nº 33.468.486/0001-46, estabelecida à Rua Antônio Neves de Matos, Nº SN, Bairro Santa Luzia, na cidade de Posse, Estado de Goiás, neste ato representada por Jomar Ferreira Roberto Alves, casada, empresária, professora, portador (a) da CI RG nº 1625739 SSP/GO, e CPF nº 232.769.831-68, residente e domiciliado na Rua Antônio Neves de Matos, Bairro Santa Luzia na cidade de Posse, Estado de GOIAS, doravante denominada **CONTRATADA**.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

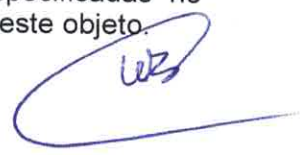
O presente contrato decorre da Licitação modalidade Pregão nº **045/2019** e tem sua fundamentação na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores, homologado pelo **PREFEITO MUNICIPAL DE POSSE**.

DO LOCAL E DATA

Lavrado e assinado aos **02 dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezenove**, na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE**, Goiás.

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, RECUPERAÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, conforme ata de julgamento do Pregão Presencial nº 045/2019, nas quantidades especificadas no anexo I, Termo de referência do presente, que fazem parte integrante deste objeto.



II - CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DA AQUISIÇÃO.

2.1 - A **CONTRATADA** irá fornecer os produtos, descritos na cláusula primeira deste, de acordo com a solicitação escrita da **PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE**, que fiscalizará e manterá controle da aquisição.

2.2 – Nenhum fornecimento de produtos a mais ou a menos sem autorização da **PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela entrega irregular.

2.3 – A **CONTRATADA** não poderá transferir a responsabilidade dos serviços.

III - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

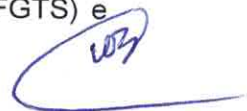
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	QTDE	UND	EMPRESA	CNPJ / CPF	MENOR LANCE	VALOR TOTAL
1	1	REFORMA DE CADEIRA	PROJELAR	2.215,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	4,4800	9.923,2000
1	2	REFORMA DE CARTEIRA	PROJELAR	988,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	5,1200	5.058,5600
1	3	REFORMA DE MESAS DE MADEIRAS E MDF	PROJELAR	2.428,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	5,2300	12.698,4400
1	4	REFORMA DE ARMÁRIO DE AÇO COM DUAS PORTAS	PROJELAR	31,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	17,6600	547,4600
1	5	RECUPERAÇÃO DE MOBILIÁRIO SUCATEADO	PROJELAR	481,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	22,8300	10.981,2300
1	6	REFORMA DE POLTRONAS - VEICULO PLACA NLM 1678	PROJELAR	61,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	65,0000	3.965,0000
1	7	REFORMA DO BANCO DO MOTORISTA - VEICULO PLACA NLM 1678	PROJELAR	1,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	75,0000	75,0000
1	8	REFORMA DE ASSOALHO LATERAL E TETO - VEICULO PLACA NLM 1678	PROJELAR	1,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	2.960,0000	2.960,0000
1	9	REFORMA DE POLTRONAS - VEICULO PLACA LSF 2627	PROJELAR	44,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	65,0000	2.860,0000
1	10	REFORMA DE BANCO DE MOTORISTA - VEICULO PLACA LSF 2627	PROJELAR	1,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	75,0000	75,0000
1	11	REFORMA DE POLTRONAS - VEICULO PLACA OMT 8431	PROJELAR	5,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	65,0000	325,0000
1	12	REFORMA DE BANCO DE MOTORISTA - VEICULO PLACA OMT 8431	PROJELAR	1,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	75,0000	75,0000
1	13	REFORMA DE BANCO DE MOTORISTA - VEICULO PLACA KGN 2769	PROJELAR	1,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	75,0000	75,0000
1	14	REFORMA DE TETO - VEICULO PLACA KGN 2769	PROJELAR	1,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	1.411,6700	1.411,6700
1	15	REFORMA DE POLTRONAS - VEICULO PLACA NVW 8458	PROJELAR	29,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	65,0000	1.885,0000
1	16	REFORMA DO TETO - VEICULO PLACA NVW 8458	PROJELAR	1,0000	SV	JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES - MEI	33.468.486/0001-46	1.388,3300	1.388,3300

(cinquenta e quatro mil e trezentos e três reais e oitenta e nove centavos) R\$ 54.303,89

3.1 – O valor total deste Contrato é estimado em R\$. 54.303,33 (cinquenta e quatro mil e trezentos e três reais e oitenta e nove centavos), conforme Termo de homologação do **Pregão nº 045/2019**.

IV - CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento à empresa a ser contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal na quantidade solicitada pelo Departamento de Compras desta Municipalidade devidamente atestado pelo responsável pelo recebimento dos produtos e, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e

Certidão Municipal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais.

1. – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
2. - A CONTRATADA, optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, (conforme modelo constante do ANEXO IX deste Edital). Caso não o faça, sofrerá retenção de imposto e contribuições, de acordo com a legislação vigente.
3. - A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no subitem 9.1.
4. - Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
5. - Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

V - CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

5.1 – O objeto deste contrato será irreajustável.

VI - CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

6.1 – O presente contrato terá vigência de 02 de Outubro de 2019 a 02 de Outubro de 2020, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57 da Lei nº 8666/93, mediante a edição de termo aditivo.

VII - CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS

7.1 – O objetos deste Instrumento de Contrato terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2.019, assim classificados.

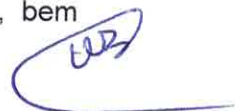
03.05.12.361.0312.2.009.3.3.90.39
03.05.12.365.0312.2.012.3.3.90.39

VIII – CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PENALIDADES E MULTAS

8.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

8.1.2) Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato.

8.1.3) Promover o apontamento no dia do recebimento dos produtos, bem



como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.

8.1.4) Elaborar e manter atualizada listagem de preços que contemple a relação de produtos para os fins previstos nesta Ata e na Autorização de Fornecimento.

8.1.5) Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato.

8.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.2.1) Comunicar a Divisão de Compras, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a qualquer anormalidade que impeça o fornecimento dos produtos contratados.

8.2.2) Manter as mesmas condições de habilitação.

8.2.3) Indicar o responsável que a responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.

8.2.4) Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como pelo seu transporte, até o local determinado para a sua entrega.

8.2.5) Paralisar, por determinação da administração, qualquer fornecimento de produtos que estejam sob suspeita de contaminação, condenado por autoridade.

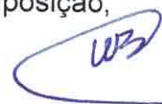
8.3 - DAS PENALIDADES E MULTAS

8.3.1 – A adjudicatária que se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar o Contrato, dentro do prazo previsto no item 26.2 do Edital, caracterizando o descumprimento total da obrigação, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens cujos preços foram registrados, além das demais sanções cabíveis e previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

8.3.2 – Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e artigo 5º, “caput” da Lei nº 10.520/02, a licitante vencedora do certame ficará sujeita, garantida a defesa prévia, **à multa diária** de 1% (um por cento) do valor de cada entrega, por dia corrido de atraso, por atraso injustificado na entrega dos produtos, até que seja efetivada a entrega total.

8.4 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, por parte da **COMPROMISSÁRIA**, de quaisquer das obrigações decorrentes dos eventuais ajustes a serem firmados, a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, além de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues. Caso a empresa pratique preços realinhados sem a devida aprovação da PREFEITURA ou não efetue a entrega dos objetos desta licitação durante o período de análise de eventual pedido de realinhamento, a mesma estará sujeita a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor global do fornecimento e/ou cancelamento do preço registrado.

8.5 – O valor da multa poderá, a critério da **PREFEITURA**, ser cobrado de imediato ou será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição,



respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver, independentemente de qualquer notificação.

8.6 – As multas previstas não têm caráter compensatório, mas sim, **moratório**. Consequentemente, o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

IX - CLÁUSULA NONA - DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE, poderá rescindir o presente contrato, por motivo de:

9.1.1 - A **CONTRATADA** não cumprir as disposições contratuais.

9.1.2 – Sub-contratação total ou parcial do fornecimento.

9.1.3 – A entrega sem autorização do órgão encarregado do controle, com o respectivo visto da autoridade competente para autorização da Empresa;

9.1.4 - Dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários ou responsáveis;

9.1.5 - Decretação de falência da Empresa ou a instauração de insolvência civil dos proprietários;

9.1.6 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificado e homologado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE;**

9.2 - A CONTRATADA poderá ter seu contrato rescindido por motivo de:

9.2.1 - Atraso no pagamento das faturas.

9.3 - A rescisão poderá ser feita por acordo entre as partes, ou judicial nos termos da Legislação.

X- CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

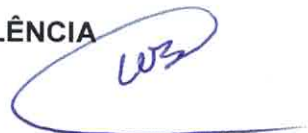
10.1 – O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE**, ou por acordo, na forma da Lei;

10.2 – As alterações serão processadas através de Termo Aditivo, nos limites permitidos em Lei.

XI - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A fiscalização da aquisição ficará a cargo da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE**.

XII – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INADIMPLÊNCIA



12.1 - Aplicam-se no caso de inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos sociais, fiscais e comerciais o disposto no Artigo 71, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

XIII - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O presente instrumento de contrato terá vigência da assinatura de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/1993;

13.2 - O presente Contrato poderá ser acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total do contrato.

XIV - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o FORO da Comarca de POSSE, Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outra por mais privilegiada que seja para dirimir as causas resultantes deste instrumento.

14.2 - As partes declaram estar de pleno acordo com as condições do contrato, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo identificam - se e assinam.

Posse - GO, 02 de outubro de 2019.



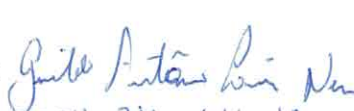
PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE
WILTON BARBOSA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
Contratante



JOMAR FERREIRA ROBERTO ALVES
CNPJ nº 33.468.486/0001-46
Contratado

TESTEMUNHAS:

NOME: 
CPF: 025.556.085-84,

NOME: 
004.312.611-13

